



Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE OUTORGA DO DAEE

Mudanças de CONCEITOS.

Quebras de PARADIGMAS.

**Preparando o caminho para a OUTORGA
ELETRÔNICA.**



A MUDANÇA DE CONCEITOS

Hoje:

- A Outorga de Implantação de Empreendimento, considera que as obras são os empreendimentos;
- O usuário deve elaborar e apresentar todos os estudos e projetos;
- Devem ser verificados todos os cálculos e indefere-se o pedido se eles não estiverem corretos;
- Para a outorga faz-se a análise do projeto hidráulico das obras;
- Todos os atos são do Superintendente;
- Excessiva regulação para as obras (regulação das interferências) em detrimento dos recursos hídricos (gestão dos usos).

Mudança proposta:

- Haverá manifestação sobre a concepção dos usos e interferências decorrentes do empreendimento;
- O usuário deve informar somente como utilizará os recursos hídricos, guardando todos os estudos e projetos;
- Avaliação das interferências na disponibilidade hídrica e nos usos a jusante;
- A responsabilidade do projeto e das obras é do usuário e seu resp. técnico;
- Os atos devem ser descentralizados, cabendo ao Superintendente, as outorgas;
- Foco na gestão dos usos/interferências e na garantia da disponibilidade hídrica;



AS QUEBRAS DE PARADIGMAS

Hoje:

- O DAEE deve verificar se as obras foram corretamente projetadas;
- O DAEE deve realizar trabalhos de proteção ambiental, principalmente quanto a águas subterrâneas;
- O DAEE deve verificar a potabilidade de águas subterrâneas usadas para consumo humano;
- O DAEE deve manter banco de dados para permitir pesquisas;
- Todos os usos e interferências, com algumas exceções, devem ser outorgados.

Mudança proposta:

- O usuário é responsável pelas obras, junto com seu responsável técnico;
- O DAEE deve analisar o que acontecerá com os corpos hídricos, em decorrência dos usos e interferências requeridos;
- O DAEE considerará as restrições ambientais ditadas pelos órgãos ambientais, incluindo o enquadramento dos corpos hídricos;
- O DAEE considerará as restrições decorrentes dos aspectos de potabilidade, advindos da vigilância sanitária;
- O DAEE irá monitorar as captações e os corpos hídricos e deverá conhecer a dinâmica nas bacias e FISCALIZAR;
- Ampliar os usos dispensados de outorga.

A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Simplificação:

- Os dados solicitados ao requerente correspondem ao uso (captação ou lançamento) ou à interferência (barragem, canalização ou travessia) além de alguns dados pessoais;
- Não mais serão pedidos documentos sobre posse de áreas; projetos de obras civis e estruturas hidráulicas; dados de responsável técnico com suas ARTs; análises de água de poços;
- Nos requerimentos, o usuário declara possuir e compromete-se a guardar (para quando requerido) inúmeros documentos que hoje são solicitados;
- A outorga fica condicionada ao cumprimento, pelo requerente, da legislação ambiental e sanitária;
- Informações sobre disponibilidade hídrica ($Q_{7,10}$, vazão regularizada, balanço hídrico, enquadramento etc.) e restrições aos usos (CETESB, DNPM, CVS etc.) solicitadas aos usuários passarão a ser verificadas pelo DAEE, durante a análise do pedido.



A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Monitoramento e Fiscalização:

- O usuário fica obrigado a instalar medidor de vazão/volumes captados e deverá declarar os dados medidos por meio de sistema na internet que o DAEE disponibilizará;
- Regulamento do DAEE estabelecerá as condições de declaração, que poderão ser mensais, diárias ou *on line*, de acordo com critérios a serem estabelecidos (tipo de uso, volume/vazão utilizado, local do uso etc.);
- O foco da fiscalização será no uso e na interferência nos corpos hídricos;
- A declaração de valores captados passará a ser fiscalizada;
- A elaboração do boletim de infração ocorrerá no escritório, após a análise da situação, pelo fiscal.



A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Descentralização e agilização:

- **Diretores de Bacias do DAEE emitirão documentos: Declaração de Viabilidade de Implantação de Empreendimentos; Informes de Indeferimento e Dispensa de Outorga e Cadastro de usos e interferências;**
- **O Superintendente emitirá as Licenças de execução de poços e as Outorgas, em um único documento;**
- **Foram ampliadas as condições para dispensa de outorga;**
- **Com a outorga eletrônica será instituída a política do “papel zero”: toda entrada de documentos e tramitação interna no DAEE se processarão eletronicamente;**
- **Serão implantados sistemas eletrônicos para o balanço hídrico em cursos d'água, como elementos auxiliares de análise do DAEE;**
- **Será disponibilizado aplicativo para celular para envio das coordenadas do uso/interferência ao DAEE.**



Histórico no Estado de São Paulo

Base Legal

- 1951 – Lei 1.350 - criação do DAEE - *planos de aproveitamento integrado dos R.H.*
- 1971 – Decreto 52.636 - *aplicação do Código de Águas*
- 1983 / 1985 – reorganização do DAEE (Diretorias de Bacias - descentralização)
- 1985 – Decreto 23.933 – outorgar concessões, permissões e autorizações para uso ou derivação de águas de domínio estadual
- 1986 – Decreto 26.479 – criação das Diretorias de Bacias Hidrográficas
- 1987 / 1991 – (reorganização da gestão) – Constituição Federal / Estadual / Leis Orgânicas Municipais – 1º CRH – 1º PERH
- 1988 - Lei 6.134 - Preservação de águas subterrâneas
- 1991 – Decreto 32.955 – Regulamenta a Lei 6.134 – outorga e fiscalização Ag. Subt.
- 1991 – Lei 7.663 - Política Estadual de Recursos Hídricos



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Histórico no Estado de São Paulo

- 1993 / 1997 – criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas
- 1994 – Lei 9.034 – Plano Estadual de Recursos Hídricos
- 1996 – Decreto 41.258 – regulamenta Outorga e Fiscalização
- 1996 - Portaria DAEE 717/96 – procedimentos para outorga
- 1998 – Portaria DAEE 01/98 – procedimentos para fiscalização
- 2004 /2006 – integração Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saúde
 - - Resolução SMA/SERHS 01/04
 - - Deliberação CRH 52/05 – restrição e controle de uso de águas subterrâneas
 - - Resolução SMA/SERHS/SES 03/06
- 2016 – Lei 16.337 – Plano Estadual de Recursos Hídricos
- 2017 – Portarias DAEE 1630-1636/17 – Instr. Téc. DPO 08-13/17



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Cadastro de Usuários do DAEE

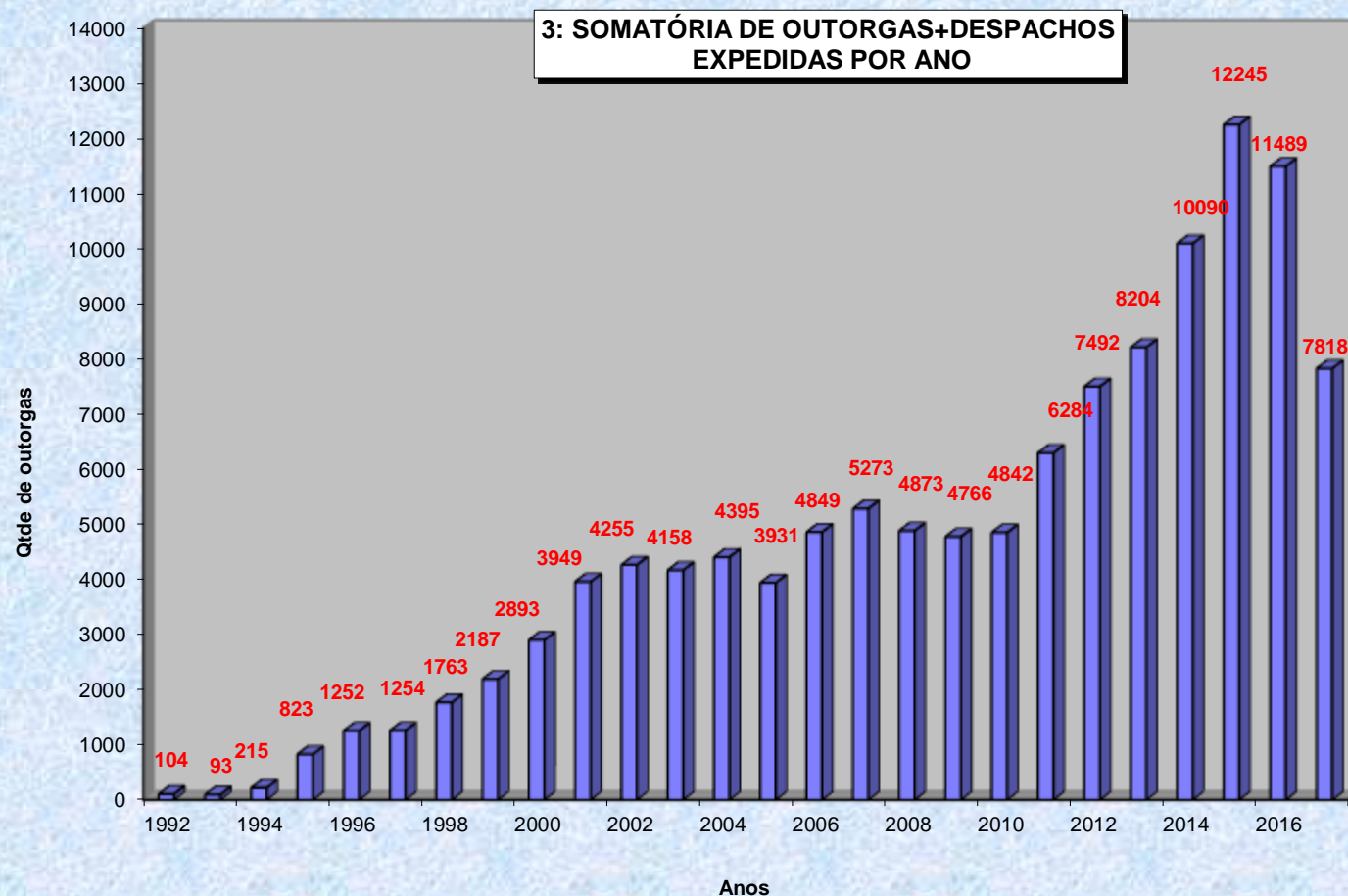
<u>captações subterrâneas</u>	<u>61.045</u>
<u>captações superficiais</u>	<u>25.096</u>
<u>lançamento de efluentes</u>	<u>37.994</u>
<u>barragens</u>	<u>14.393</u>
<u>travessias</u>	<u>24.715</u>
<u>canalizações</u>	<u>3.559</u>
<u>outros</u>	<u>7.229</u>
<u>T O T A L</u>	<u>174.031</u>

data base 31/10/2017



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos



Agosto 2017



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

ESTATÍSTICA DE USOS E INTERFERÊNCIAS EM RECURSOS HÍDRICOS

POR TIPO DE USO / INTERFERÊNCIA

Julho 2017

2017	%	ACUMUL
Poço Profundo	44,0	3.867
Poços freáticos	8,1	708
Captação Superficial	16,4	1.444
Lançamento	6,5	575
Barramento	10,0	876
Travessias	9,7	851
Reservação	2,1	182
Dique	0,0	0
Desassoreamento	1,6	145
Canalização	1,3	111
Proteção de Leito/Margem	0,3	23
Total Geral	100,0	8.782

POR TIPO DE ATO

2017	%	ACUMUL
Implantação de Empreendimento	9,0	790
Licença de Perfuração	4,7	414
Outorga de Direito de Uso	42,6	3.738
Dispensa de Outorga	25,1	2.200
Indeferimento	17,3	1.520
Despacho (serviço)	1,4	120
Total Geral	100,0	4.040

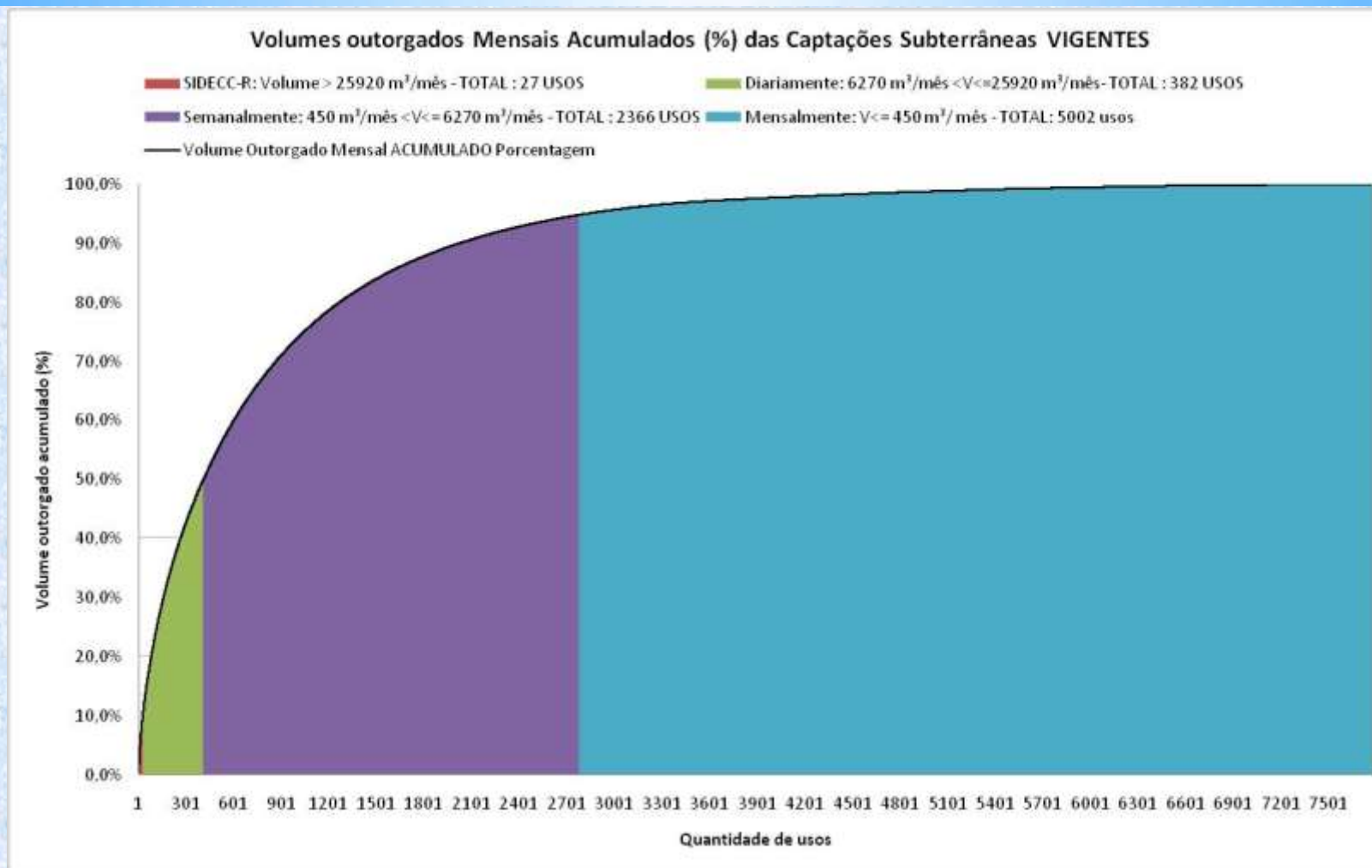
POÇOS PROFUNDOS

2017	%	ACUMUL
Implantação de Empreendimento	8,0	333
Licença de Perfuração	6,3	414
Outorga de Direito de Uso	39,3	1.740
Dispensa de Outorga	26,1	767
Indeferimento	18,8	613
Despacho (serviço)	0,0	0
Total Geral	100,0	3.867



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Volumes Outorgados Mensais das Captações Subterrâneas – BMT



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

ATO DECLARATÓRIO
Quantidade de Declarações Enviadas



Links:

Portarias DAEE

1630 – [1630](#)

1631 - [1631](#)

1632 - [1632](#)

1633 - [1633](#)

1634 - [1634](#)

1635 - [1635](#)

1636 – [1636](#)

Instruções Técnicas DPO

08 - [08](#)

09 - [09](#)

10 - [10](#)

11 - [11](#)

12 - [12](#)

13 – [13](#)



DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

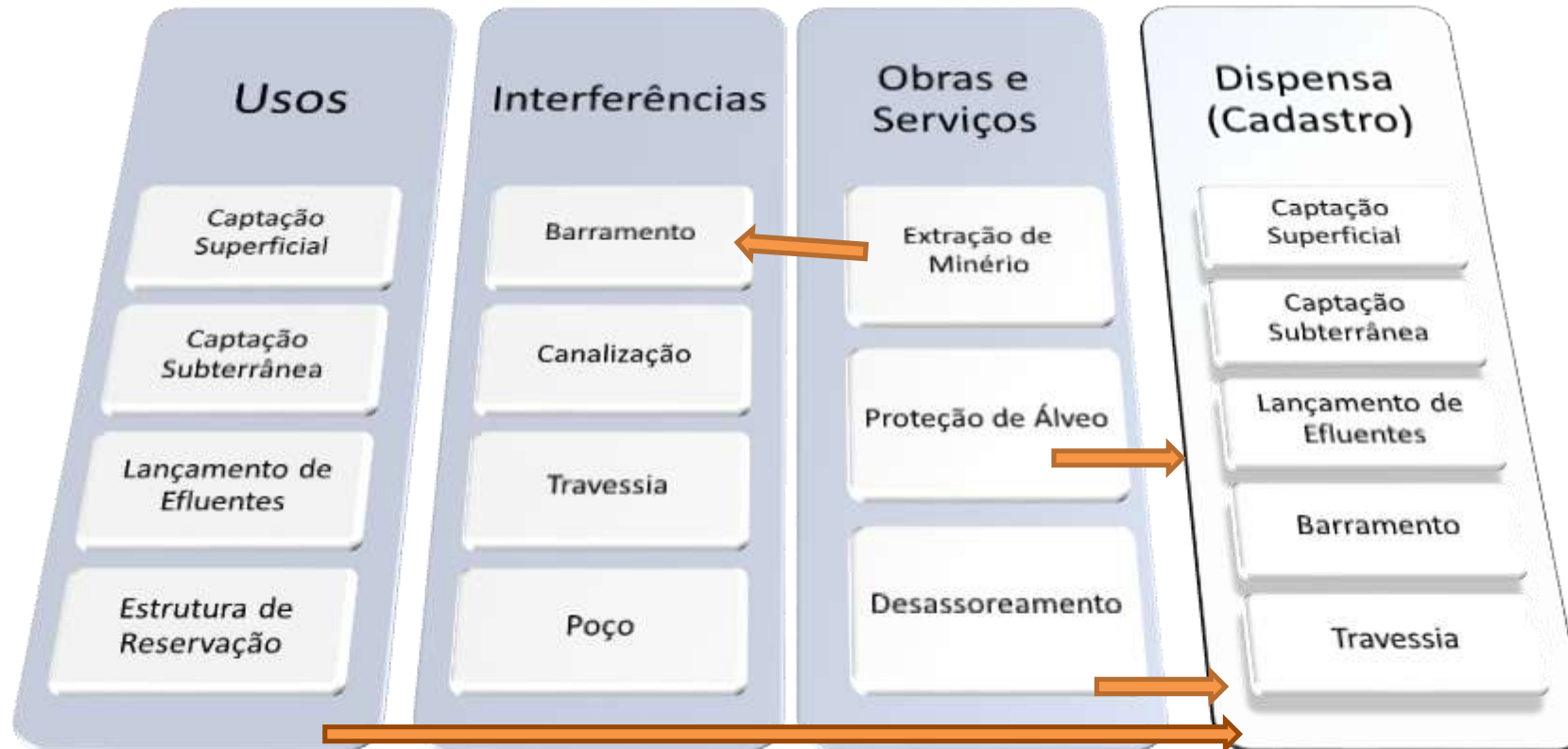
Novo Sistema de Outorgas

Tipos de Outorgas



Outorga de uso dos recursos hídricos conforme a nova Portaria de Outorga -1630/2017:

Dispensas de Outorga:



**Extração de Minério passa para o item Interferências.*

Estrutura de Reservação, Proteção de Álveo e Desassoreamento para o item Dispensa de Outorga

Sistema Anterior

PORTARIA DAEE Nº 717/1996 E INSTRUÇÕES TÉCNICAS DPO
CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Sistema Anterior

Documentação para obter autorização para Captação Subterrânea



1. OUTORGA DE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO

1.1. Documentação comum:

- Cópia da ART do técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

1.2. Documentação específica:

- Anexo I – Requerimento; [LINK](#)
- Anexo II – EVI; [LINK](#)
- Cópia da conta de água e/ou declaração da concessionária local conforme IT-DPO nº 06/11;
- Cronograma físico da instalação do empreendimento conforme IT-DPO nº 06/11;
- Croqui do empreendimento com a localização do poço conforme IT-DPO nº 06/11;
- Fluxograma quantitativo com detalhamento de todos os usos de outras fontes conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa IBGE com indicação do local da obra/uso;

2. LICENÇA DE EXECUÇÃO

2.1. Documentação comum:

- Cópia da ART do responsável técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

2.2. Documentação específica:

- Anexo III – Requerimento; - [LINK](#)
- Anexo IV - Avaliação Hidrogeológica Preliminar; - [LINK](#)
- Anexo V - Projeto Esquemático de Poço Tubular; - [LINK](#)
- Documento de Posse/Cessão/Arrendamento;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- CETESB - Parecer técnico para os casos de solução alternativa;
- CETESB - Código Florestal;
- DNPM - Alvará de Pesquisa ou Portaria de Lavra.

3. OUTORGA DE DIREITO DE USO

3.1. Documentação Comum

- Cópia da ART do responsável técnico que assina o(s) anexo(s), com comprovante de pagamento (Descrição do tipo de Outorga e de uso);
- Cópia do CNPJ / CPF;
- Cópia do Comprovante de endereço do requerente para correspondência;
- Cópia do CPF e RG do responsável legal;
- Pagamento de emolumentos;

3.2. Documentação Específica

- Anexo VI – Requerimento; - [LINK](#)
- Anexo VII - SIDAS (2 vias); - [LINK](#)
- Anexo IX - RAE; - [LINK](#)
- Anexo XVII - Termo de Responsabilidade; [LINK](#)
- Análise da Água (uma via original ou cópia autenticada, e uma cópia simples);
- Documento de Posse/Cessão/Arrendamento;
- Estudos Hidrogeológicos (teste de bombeamento)
- Fluxograma de Uso da Água;
- Cadastro junto à Vigilância Sanitária nos casos de solução alternativa;
- Mapa de localização do poço no SIGMINE e memorial de cálculo conforme IT-DPO nº 06/11;
- Mapa IBGE com indicação do local da obra/uso;
- Fotos das obras/Dispositivos existentes;
- CETESB - Licença de Instalação nos casos de partição de combustível e cemitério

Sistema Atual

CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA

Sistema Atual

Documentação para obter autorização para Captação Subterrânea
“Regulamentação Vigente”



1. DECLARAÇÃO SOBRE VIABILIDADE IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO – DVI

- Requerimento para obtenção de Declaração sobre Viabilidade de Implantação de Empreendimento (DVI) quanto aos usos e interferências em recursos hídricos; - [LINK](#)
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;

2. LICENÇA DE EXECUÇÃO COM DIREITO DE USO

- Requerimento de Licença de Execução de Poço Tubular e de Direito de Uso para Captação de Água Subterrânea; - [LINK](#)
- Comprovante de recolhimento da taxa de análise;
- Relatório de Caracterização da Captação (ReCap). - [LINK](#)



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Bon-Vista-175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

Sistema Atual
Portaria 3671



PORTARIA DAEE Nº 3671, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto nº 41.258 de 31/10/96 e da Portaria DAEE nº 1.630 de 30/05/17 e, tendo em vista as declarações e informações constantes do(s) requerimento(s), registrado(s) sob o(s) Protocolo(s) DAEE nº(s) 2437 de 29/06/2017, contido(s) no Processo DAEE nº 9910165.

DETERMINA

ARTIGO 1º - Fica outorgada, em nome do CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO FIRENSE, CNPJ nº 59.981.290/0001-44, à autorização administrativa para uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins de atendimento urbano, no município de Mauá, conforme abaixo identificado:

Uso	Recurso Hídrico	Coordenadas Geográficas		Vazão Máxima Instantânea (m³/h)	Uso Diário Máximo		Prazo (anos)
		Latitude Sul	Longitude Oeste		Volume (m³)	Período (h/d)	
Poço Local 001 DAEE 344-0583	Aqüífero Cristalino	23°40'26,65"	46°27'43,66"	4,00	24,00	06	05

§ 1º - A validade desta Portaria está condicionada à apresentação dos seguintes documentos, a partir da publicação deste Ato, na sede ou escritório técnico de apoio da Diretoria de Bacia onde foi protocolada a solicitação:

I - Requerimento correspondente ao anexo 10-C, da Instrução Técnica DPO n.º 10, de 30/05/2017.

II - Cópia do cadastro do poço no Órgão da Vigilância Sanitária, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º - Em vista da localização de área(s) declarada(s) contaminada(s) em um raio de 500 metros do ponto de perfuração do poço, o outorgado deverá observar o Parecer Técnico da CETESB n.º 16100954/2016.

ARTIGO 2º - A presente outorga poderá ser revogada, ou ter suas condições alteradas, a critério do DAEE, nos casos previstos nos artigos 24, 28 e 30 da Portaria DAEE nº 1.630/17, ou a pedido da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e do Centro de Vigilância Sanitária - CVS, nos campos de suas atribuições.

ARTIGO 3º - Esta outorga não isenta o usuário do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal, afetas à matéria.

ARTIGO 4º - No caso de desistência do(s) uso(s) o usuário fica autorizado a proceder à(s) desativação(ões) nos termos da Portaria DAEE nº 1.630/17, e comunicá-la ao DAEE, atendendo aos procedimentos do item 10. da IT-DPO nº 10.

ARTIGO 5º - O(s) uso(s) objeto(s) desta Portaria será(ão) cadastrado(s) em bancos de dados específico do DAEE.

ARTIGO 6º - O(s) uso(s) constante(s) deste ato está(ão) sujeito(s) à fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 01, de 02/01/98 e suas atualizações, ou a que a suceder, conforme preveem a Lei nº 7.663, de 30/12/91, o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas".

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.


RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente



OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

